



RESUMO EXECUTIVO: MENSAGENS ESSENCIAIS DO RELATÓRIO

Timor-Leste registou progressos significativos nos anos que se seguiram à independência em 2002, particularmente desde a crise de 2006. O Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste para 2011 espelha estes progressos e fornece uma avaliação pormenorizada do seguinte:

- **O actual estado do desenvolvimento humano em Timor-Leste**
- **Os principais desafios a serem enfrentados;**
- **De que forma os desafios podem ser melhor enfrentados nos próximos anos.**

O desenvolvimento humano permite a realização do potencial humano. Centra-se sobre o que as pessoas podem fazer e no que elas se podem tornar – aquilo de que são capazes - bem como sobre a liberdade que elas têm de fazer escolhas reais nas suas vidas. O desenvolvimento humano está intrinsecamente ligado às Metas de Desenvolvimento do Milénio.

O Fundo Petrolífero e o Desenvolvimento Humano

Uma questão fundamental para o país consiste na forma como as receitas provenientes do seu Fundo Petrolífero – a única maior fonte de receitas de Timor-Leste – podem ser melhor utilizadas para promover o desenvolvimento humano através do desenvolvimento da economia não-petrolífera, particularmente o sector rural – que acolhe cerca de 80 por cento da população do país, aproximadamente 41 por cento da qual, segundo estimativas recentes, vivem na pobreza.

Consequentemente, o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste centra-se sobre as formas em que a economia não-petrolífera pode ser desenvolvida da melhor maneira. Ao proceder assim, o mesmo Relatório visa:

- **Apresentar as realizações do país até ao momento na consecução dos seus objectivos de desenvolvimento.** Esta apresentação e a subsequente avaliação do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste são efectuadas na base dos dados mais detalhados e contemporâneos actualmente disponíveis. As

avaliações baseiam-se em informações obtidas através de relatórios e documentos disponíveis, bem como de discussões com parceiros relevantes. A avaliação pormenoriza a realidade do estado de desenvolvimento do país – uma realidade que contrasta com as visões estereotipadas frequentemente encontradas a nível internacional de um país mergulhado na pobreza, com conflitos permanentes e com um potencial de sucumbir à “maldição dos recursos naturais”.

- **Gerar um debate geral sobre a adequação e relevância das várias estratégias disponíveis para o desenvolvimento da economia não-petrolífera, particularmente a do sector rural.** Esta será a questão mais crucial que Timor-Leste irá enfrentar nos próximos anos. Consequentemente, o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste centra-se sobre a forma como a riqueza petrolífera do país pode ter utilizada da maneira mais efectiva para a implementação de um crescimento económico em prol dos pobres, desenvolvendo o sector rural, viabilizando a redução da pobreza, facilitando a criação de empregos e promovendo o desenvolvimento do sector privado. Na sua discussão das estratégias para o desenvolvimento da economia rural, e na sua apresentação de um Quadro Macroeconómico para se alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio, o Relatório em análise aborda directamente estas questões e faz sugestões específicas relativamente ao desenvolvimento estratégico de determinados sectores.

Realizações desde a independência

Nos primeiros anos do processo de desenvolvimento do país no período pós-independência, foram tomados passos importantes visando a reconstrução da nação. Realizaram-se eleições livres e justas, tendo-se redigido uma Constituição, sendo que quase todas as instituições mandatadas pela Constituição foram criadas num período de tempo relativamente curto, ou seja, até 2005. O Governo da Fretilin (pós-2002) enfrentou uma gama de desafios ao desenvolvimento no quadro de um *Plano Nacional de Desenvolvimento* em prol dos pobres aplaudido por doadores como constituindo um exemplar de uma Estratégia de Redução da Pobreza. O Plano apresentou uma “Visão de Desenvolvimento” que continuou a actuar como guia à implementação de estratégias de desenvolvimento por sector. No quadro do crucialmente importante sector petrolífero, o Governo dividiu um quadro jurídico-legal para a produção, tributação, e gestão de receitas, visto favoravelmente como constituindo um exemplar da boa prática internacional, em consonância com os princípios adoptados pela Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva.

Os problemas subjacentes e a crise de 2006

Acompanhando estas realizações persistiram, contudo, problemas profundos por resolver – elevada taxa de desemprego juvenil, rendas *per capita* em queda e crescentes taxas de pobreza nas áreas rurais. Estes problemas tiveram indubitavelmente um impacto sobre o desencadear da crise de 2006 no país, que resultou igualmente das contínuas divisões no seio da polícia, dos militares e da elite política.

Economicamente, a crise de 2006 teve um impacto profundo. Os progressos registados nos anos de 2005-6 sofreram retrocessos dramáticos. A economia não-petrolífera registou uma contracção de 5.8 por cento, a prestação de serviços sociais e de bem-estar foi severamente restringida, tendo a taxa de desemprego se deteriorado. Os dados de 2007 indicam que a renda *per capita* na economia não-petrolífera foi aproximadamente 20 por cento mais baixa em 2006 do que no ano da independência em 2002. Como resultado desta crise, no início de 2007, aproximadamente 150.000 pessoas internamente deslocadas viviam em campos provisórios, em pobres condições, receosas de regressarem para as suas aldeias.

Pós-2006: Atacar as Prioridades Nacionais e Promover o Crescimento

Perante esta situação, os governos subsequentes, e particularmente o actual Governo de coligação – *Aliança Maioria Parlamentar* (AMP), liderado pelo Primeiro Ministro Xanana Gusmão, centrou a sua atenção na abordagem das questões subjacentes que contribuíram para a crise – melhoramento da segurança pública, aumento da protecção social, abordando os problemas dos jovens, combatendo o desemprego, melhorando a prestação de serviços sociais, e promovendo um governo transparente e efectivo. O Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste avalia o grau em que a estratégia do Governo de centrar a sua atenção nestas prioridades nacionais teve êxito na abordagem das principais áreas do pós-2006 e examina a sua estratégia emergente para a promoção do crescimento, desenvolvimento humano e redução da pobreza à medida que Governo ultima o seu Plano de Desenvolvimento Estratégico para os anos 2011-2030.

Desenvolvimento Humano em Timor-Leste

O Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste fornece uma descrição e avaliação exaustivas do estado actual do desenvolvimento humano em Timor-Leste. De acordo com a avaliação mais pormenorizada dos padrões de vida actualmente disponível - conforme apresentada no Inquérito aos Padrões de Vida Domiciliar – a pobreza se encontra generalizada

em Timor-Leste. Este inquérito concluiu que em 2007 aproximadamente 50 por cento da população vivia na pobreza. Os inquéritos subsequentes que nos permitem monitorar a pobreza são o recenseamento populacional de 2010 e um outro inquérito domiciliar realizado em 2011. Os resultados do recenseamento populacional deverão estar disponíveis no início de 2011, sendo que o inquérito domiciliar somente o estará em 2012. Com base nos dados disponíveis a partir dos Ministérios e que cobrem os anos até final de 2009, o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste chegou à conclusão de que tais inquéritos poderão mostrar que as **condições de pobreza melhoraram substancialmente desde o Inquérito Domiciliar de 2007**. Tendo em conta as políticas do Governo de transferência de numerários para grupos vulneráveis, o subsídio dos preços dos alimentos e a criação de empregos através de iniciativas que financiam o emprego de mão-de-obra intensiva em áreas como o desenvolvimento de infra-estruturas, é altamente provável que os níveis de pobreza tenham melhorado desde 2007. De 2007 a 2009, por exemplo, os esquemas de trabalho financiados pelo Governo empregou anualmente 40.000 timorenses, sendo que o programa de desenvolvimento infra-estrutural do *Pakote Referendum* criou 64.000 empregos de curta duração no sector rural. Os dados do Governo estimam o crescimento económico em 12.2 por cento em 2009, com rendas médias *per capita* na economia não-petrolífera aumentando de USD398/ano em 2007 para USD499 em 2008 e USD599 em 2009. Outras estimativas, do Banco Mundial e do Bando Asiático de Desenvolvimento, apresentam taxas de crescimento algo diferentes para 2009, respectivamente de 5.0 e 7.4 por cento. Quaisquer que sejam as estimativas consideradas, é provável que a taxa relativamente alta de crescimento económico tenha tido um impacto positivo sobre a pobreza. Todavia, para além destas projecções e suposições, existem ainda dados insuficientes para se poder confirmar definitivamente estas tendências. É significativo, contudo, que outras evidências para o período 2008-2009 – baseadas em grande medida em relatórios distritais dos Ministérios da Agricultura, Economia e Desenvolvimento, e da Saúde, juntamente com relatórios de ONGs que trabalham nos distritos, bem como em observações por parte daqueles que trabalham no Gabinete do Presidente no apoio a projectos de pequena escala visando a redução da pobreza a nível de aldeia – sugiram que, na maior parte dos distritos, os níveis de pobreza podem ter melhorado. Recentes estimativas de previsão do Banco Mundial sugerem a existência de uma taxa de incidência da pobreza de 41 por cento em 2009. Aceitando esta cifra aproximada, e com base nas actuais tendências, os níveis de pobreza poderão declinar ainda mais nos próximos anos. Contudo, não obstante este melhoramento, persistem problemas significativos de desenvolvimento humano, particularmente nas áreas de fornecimento de energia, segurança alimentar e nutrição, acesso à educação e aos serviços de saúde, e elevados níveis de desemprego – de particular preocupação para os jovens. O Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste argumenta que estes problemas prementes somente podem ser abordados de forma sustentada através do desenvolvimento de

estratégias adequadas para o desenvolvimento da economia não-petrolífera, particularmente do sector rural.

Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Sector Rural e da Economia Não-Petrolífera

Timor-Leste se encontra actualmente numa situação de desafio. Não obstante os recentes progressos, grande parte da sua população continua pobre, existindo amplos espaços requerendo melhoramentos nos níveis de desenvolvimento humano. Com vista a satisfazer necessidades presentes e futuras, a riqueza proveniente do seu petróleo deve ser utilizada de forma efectiva para promover um desenvolvimento sustentável da economia não-petrolífera. Isto levanta uma questão fundamental sobre de que maneira as grandes acumulações podem ser geridas da melhor forma possível quer económica quer politicamente para promover o desenvolvimento. Discussões sobre esta questão continuam a ter lugar, com o Governo ponderando aumentar o nível de levantamentos do Fundo Petrolífero para financiar áreas fundamentais de desenvolvimento, como a área das infra-estruturas. O Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste entra neste debate, examinando a forma como os levantamentos têm sido utilizados até ao momento e sugerindo formas de como o uso destes levantamentos pode ser melhorado – com base nas melhores práticas internacionais, e abordando ao pormenor os possíveis riscos para a actual boa gestão. Em contraste com comentadores que defendem que os prenúncios da boa gestão não são totalmente favoráveis, o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste conclui que os sucessivos **Governos de Timor-Leste mostraram-se serem totalmente capazes de gerir o Fundo. Ademais, no últimos anos, o Governo teve êxito em reduzir o potencial de um conflito seriamente causador de divisões. Todavia, o potencial de conflito permanece, e pode ser alimentado por contínuas fontes de ressentimento. Conforme argumenta o Relatório que vimos citando nos seus dois últimos parágrafos, as potenciais bases de ressentimento podem ser melhor atacadas através de um desenvolvimento inclusivo e equitativo da economia não-petrolífera – reduzindo a pobreza no sector agrícola através do melhoramento da vida nos meios rurais e da criação de emprego nos sectores não agrícolas.**

Alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio

Conforme sublinhado no Relatório, Timor-Leste registou progressos substanciais em inúmeras áreas das Metas de Desenvolvimento do Milénio. O país alcançou as suas metas para 2015 relativamente às taxas de mortalidade infantil e de crianças com menos de 5 anos de idade, à

cobertura de cuidados pré-natal, e à proporção de casos detectados de tuberculose. (ao abrigo dos DOTS, ou seja, Terapia Directamente Observada). Encontra-se na rota para alcançar as suas Metas de Desenvolvimento do Milénio em áreas como número líquido de matrículas na educação primária, proporção de partos atendidos por pessoal profissional de saúde, taxa de prevalência de contraceptivos, taxas de incidência associadas à Tuberculose, e proporção da população com acesso a fontes melhoradas de água potável. Contudo, Timor-Leste continua fora da rota para alcançar as restantes Metas de Desenvolvimento do Milénio, tais como a relativa à proporção da população abaixo da linha da pobreza, prevalência de crianças com menos de cinco anos de idade com baixo peso, proporção de crianças que alcançam a quinta classe, proporção de crianças vacinadas contra o sarampo, rácio de mortalidade materna, proporção da população com conhecimentos abrangentes correctos sobre o VIH/SIDA, incidência associada à malária, e proporção da população que utiliza uma facilidade melhorada de saneamento.

O Quadro Macroeconómico apresentado no Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste delinea estratégias para Timor-Leste alcançar as suas Metas de Desenvolvimento do Milénio até 2025. O quadro é desenvolvido na base de uma estratégia de crescimento, assente numa taxa média de crescimento de oito por cento na economia não-petrolífera ao longo dos próximos 15 anos. O Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste argumenta que uma tal estratégia é viável, financeiramente sustentável, e permitirá a utilização eficiente e produtiva do Fundo Petrolífero, contanto que sejam envidados esforços para se desenvolverem estratégias adequadas tendo em vista o desenvolvimento da economia não-petrolífera e fundamentalmente para o sector rural, mobilizando recursos domésticos para a promoção do desenvolvimento do sector privado.

Plano Estratégico de Desenvolvimento

O Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste apresenta estratégias pormenorizadas para o desenvolvimento da economia não-petrolífera, reduzindo a pobreza e melhorando os actuais níveis de desenvolvimento humano e os indicadores das Metas de Desenvolvimento do Milénio.

As análises, avaliações e estratégias para o desenvolvimento da economia não-petrolífera e do sector rural, conforme apresentado no Relatório, serão de utilidade para o Governo na medida em que o mesmo embarque nas suas actuais consultas com os seus parceiros e se mova em direcção à formulação final do seu *Plano Estratégico de Desenvolvimento*, lutando para realizar a Visão de Desenvolvimento estabelecida pelo e para o seu povo por altura da independência.

O Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste permitirá também que a comunidade internacional tenha uma imagem clara e detalhada das realizações substanciais do país até ao momento, bem como dos desafios que persistem nas áreas de desenvolvimento humano.

Desafios e Riscos

A questão fundamental para o país consiste na gestão e utilização dos seus recursos petrolíferos. Ao passo que, nos últimos anos, tem havido uma necessidade óbvia de se atender a necessidades de curto prazo por via da transferência de numerário e de subsídios, a longo prazo as receitas deverão centrar-se no investimento em bens públicos que elevem a produtividade. Existe um perigo óbvio para a sustentabilidade do Fundo Petrolífero, a única maior fonte de receitas do país, caso o governo proceda a levantamentos excessivamente grandes que excedam a sua capacidade de execução para financiar um alto e crescente nível de investimento público. Conforme sublinhado no Quadro Macroeconómico do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milénio, **uma estratégia de crescimento moderado a alto, que enfatize o desenvolvimento rural, a partir de um quadro de desenvolvimento humano, pode conter a desigualdade e alargar mais os benefícios do crescimento.** É provável também que uma tal estratégia se concentre mais nas alocações sectoriais, em prol dos pobres, de despesas públicas, permitindo assim a utilização do Fundo Petrolífero em benefício da população de uma forma mais equitativa e ao mesmo tempo reduzir a taxa de depleção do Fundo. Isto será um objectivo maior (um grande objectivo) do próximo *Plano de Desenvolvimento Estratégico*.

Crescentes disparidades entre áreas rurais e urbanas constituem outro grande desafio para a promoção do desenvolvimento humano em prol dos pobres nos próximos anos. Um enfoque renovado sobre a economia rural constitui uma prioridade urgente. Políticas para um maior investimento na agricultura e na economia rural deverão ser criadas para aumentar as rendas, criar emprego, e aumentar a demanda por produtos locais. As alocações orçamentais para o sector agrícola no passado não estiveram à altura das necessidades da população rural, o que requer uma rectificação.

Embora os níveis da pobreza tenham melhorado nos últimos anos, a pobreza continua penetrante. Políticas para lidar com os níveis da pobreza não podem depender unicamente do efeito dominó decorrente da riqueza do petróleo, mas, conforme demonstrado pelas experiências

de países na região do Sudeste Asiático, devem ser estabelecidas políticas e programas para garantir que o processo de crescimento seja inclusivo.

Uma vez que há necessidade de aumentos substanciais em termos de investimento para o desenvolvimento da economia não-petrolífera e do sector rural, Timor-Leste tem necessidade de reforçar as suas infra-estruturas de comunicações, de transportes e de finanças dentro de um período de tempo relativamente curto. O actual quadro regulatório não é particularmente conducente ao investimento, pelo que o seu melhoramento é de vital importância. A lei de investimento estrangeiro precisa de ser promulgada tão logo quanto possível para atrair investimentos capazes de gerar emprego, melhorar a qualificação dos trabalhadores e promover a modernização tecnológica.

A base de recursos naturais de Timor-Leste é frágil e em rápida degradação. A terra, a água e a área coberta de floresta se encontram sob considerável pressão. Há necessidade de se prestar uma maior atenção à questão do impacto do meio ambiente sobre a pobreza através da promoção de medidas de conservação e de protecção da base de recursos naturais para que as actividades de desenvolvimento sejam ambientalmente sustentáveis.

Timor-Leste está a viver mudanças demográficas com profundas implicações para o seu desenvolvimento futuro. O país possui uma das mais altas taxas de natalidade do mundo, a maioria da sua população tem menos de 21 anos de idade, e o movimento migratório do campo para a capital, Díli, é bastante elevado. Os desafios para empregar esta população urbanizante em rápida expansão são imensos, como o são os desafios para a redução da sua actual elevada taxa de natalidade, pelo menos através do aumento significativo do investimento na saúde e na educação.

Os melhoramentos na governação constituem uma pré-condição essencial para se alcançar um crescimento sustentável. Nos últimos anos, a execução orçamental melhorou substancialmente. Todavia, estas mudanças necessitam de ser reforçadas com mudanças concomitantes na função de auditoria e nos mecanismos de luta anti-corrupção através da criação de uma agência independente e totalmente operacional. Há também necessidade de se implementar cabalmente um sistema reforçado de luta anti-corrupção.

Conforme descrito no rascunho do seu *Plano de Desenvolvimento Estratégico*, o Governo está consciente da importância destes desafios ao processo de desenvolvimento, e está a desenvolver e a refinar ainda mais as suas estratégias específicas para lidar com estes desafios. Os progressos actualmente registados com vista a enfrentar tais desafios são cruciais,

uma vez que o seu inadequado tratamento poderia exacerbar ou fazer reviver factores que no passado revelaram terem um impacto sobre a estabilidade. Esses factores incluem grupos que exploram mágoas assentes em contínuos níveis de desemprego e de pobreza, descontentamento no seio da ampla população juvenil por vezes manifestada como violência praticada por gangs, tensões no sector de segurança, um sentimento segundo o qual os processos judiciais formais são inadequados para garantir a responsabilização criminal, disputas não resolvidas sobre questões de titularidade de terra acumuladas ao longo de décadas, e insatisfação decorrente da percepção da falta de boas práticas de governação. O Governo abordou estas questões e continua a abordá-las, particularmente em relação às forças de segurança, que registaram progressos substanciais nos últimos anos.

A promoção com êxito de políticas em prol dos pobres também requer fundamentalmente de um maior envolvimento nos processos de tomada de decisões daqueles para os quais muitas das políticas são divisadas, particularmente a população rural de Timor-Leste. A promoção com sucesso do desenvolvimento humano e do alívio da pobreza dependerá do facto de as comunidades rurais ficarem convencidas de que a implementação das estratégias divisadas será benéfica para elas, donde a importância de os aldeões serem activamente envolvidos nos processos de tomada de decisões que afectem as suas vidas, da sua participação significativa, promovida através de uma efectiva descentralização a nível dos distritos e abaixo deles. O Parlamento está actualmente a trabalhar em torno de leis que introduzem governos municipais em cada um dos 13 distritos do país, bem como no processo eleitoral desses governos. O estabelecimento de poderes locais a nível distrital e a devolução de poder e autoridade genuínos a esses poderes abrirá caminho à descentralização dos processos de tomada de decisões. Recentemente, o Governo decidiu adiar as eleições municipais até 2014. Seria consideravelmente benéfico se tais eleições pudessem ser introduzidas mais cedo, para tornar o sistema político mais inclusivo, permitindo a participação local através do poder municipal. Resta pouca dúvida de que a capacitação a nível local seja necessária para a introdução com êxito do poder local. Ainda assim, a capacidade já existe em inúmeras áreas, e a sua falta não deveria ser invocada como justificação para não alargar a participação política aos distritos e aldeias.